

Crescimento Económico e Instabilidade Política

Miguel Santos Neves

Em 2001, a Ásia (à excepção do Japão) será a região do mundo com maior crescimento económico. Este cenário pode, no entanto, vir a ser afectado pelo abrandamento da economia americana e pela própria instabilidade política em certos países asiáticos que tentam a transição para a democracia. Determinante será a entrada da China na OMC.

No plano económico, 2001 será para a Ásia um ano de consolidação da recuperação encetada em 1999, prevendo o FMI um crescimento robusto de 6,6%, assente essencialmente na expansão da procura doméstica, acompanhado de um ligeiro aumento da inflação e de uma redução dos superávits das balanças de transacções correntes (BTC). A Ásia tornar-se-á assim a região de maior crescimento mundial, crescendo duas vezes mais rápido do que as economias da OCDE e uma vez e meia mais do que a África e a América Latina.

No entanto, a performance das economias asiáticas é fortemente condicionada pela evolução da economia dos EUA, pelo que um cenário de "hard landing" da economia americana, cada vez mais provável, implicará um crescimento inferior ao previsto em consequência de uma quebra previsível das exportações para o mercado americano. Por outro lado, os sinais de instabilidade política em alguns países tenderão a prejudicar os fluxos de investimento estrangeiro.

Não obstante alguma heterogeneidade na performance dos diferentes países, 2001 poderá ser marcado por uma maior convergência dos níveis de crescimento entre as principais economias asiáticas, depois de um período de acentuada divergência entre 1997-2000, quer entre as economias que foram mais afectadas pela crise asiática (Indonésia, Malásia, Filipinas, Coreia do Sul, Tailândia), quer entre estas e o grupo das economias que resistiram melhor à crise (Hong Kong, China, Índia, Taiwan, Singapura). As previsões do FMI (quadro 1) apontam para que o crescimento nas principais economias asiáticas (excluindo o Japão) varie entre um mínimo de 4,5% nas Filipinas e um máximo de 7,3% na China, sendo esta a única economia que crescerá acima dos 7% seguida de uma dupla formada pela Índia e Coreia do Sul (6,5%).

O Japão é a excepção no quadro regional, com um crescimento fraco que não ultrapassará os 2%, com deflação, consequência de um consumo interno fraco de uma população preocupada com o futuro, em particular com as pensões e os custos da saúde. Apesar disto, 2001 poderá ser o ano da consolidação da retoma iniciada em 2000 mas também o ano decisivo para a consolidação do processo de reestruturação da economia que envolve o saneamento financeiro de uma parte importante do sector empresarial, em particular do sector financeiro, uma maior abertura da economia japonesa ao capital estrangeiro e à concorrência externa e a reforma fiscal.

Estas reformas tenderão a acentuar os custos sociais mais visíveis que se traduzirão no aumento das falências, que poderá atingir alguns dos maiores bancos, e do nível de desemprego que, contrariamente à tendência nas economias asiáticas mais maduras, deverá aumentar no Japão atingindo cerca de 5,5%. A burocracia japonesa, em aliança com os interesses económicos, tem sido um dos

principais obstáculos à liberalização da economia pelo que assume particular interesse o plano inédito de reforma administrativa anunciado recentemente por Mori e que pretende reequilibrar as relações entre a burocracia e a classe política.

A China será a economia que registará maior crescimento na Ásia, particularmente virtuoso porque será acompanhado de baixa inflação e de um superavit da BTC. O ano será marcado pela entrada da China na OMC, seguramente o processo de maior impacto estrutural depois das reformas de 1979, que determinará o início de um processo de reformas económicas - maior liberalização com abertura à concorrência externa de sectores fundamentais como o financeiro e as telecomunicações, a reforma das SOEs, da banca e do sistema fiscal - e institucionais - particularmente a reforma do sistema legal que garanta a transparência e efectivo cumprimento das leis e da burocracia - com repercussões internas profundas.

No plano político, 2001 marcará o início do processo de preparação da sucessão da liderança de Jiang Zemin em 2002 que envolverá um medir de forças entre as alas conservadora e reformista da liderança chinesa. Embora muitos observadores considerem provável a vitória de uma linha mais conservadora liderada por Hu Jintao, o desfecho final poderá ser incerto, desde logo porque a entrada na OMC e o lançamento do processo de reformas poderão criar uma nova dinâmica mais favorável aos reformistas.

Relativamente a Macau, depois de 2000 ter sido o ano da inversão do ciclo económico recessivo registando um crescimento positivo de cerca de 4%, 2001 será o ano da confirmação da retoma, devendo registar-se um crescimento económico moderado, abaixo da média das outras economias asiáticas, o que não permitirá reduzir substancialmente o desemprego (atingiu quase 7% em 2000 provocando alguma agitação social) que continuará a ser um dos principais problemas para o Governo.

No plano económico, 2001 será marcante para Macau já que será o ano da liberalização do sector do jogo pondo fim ao regime vigente de monopólio da concessão. A decisão final será tomada provavelmente em meados do ano tendo por base o estudo da Arthur Andersen sobre a estratégia para o sector, devendo o processo de selecção dos concessionários ser concluído até final do ano. A única questão que falta esclarecer é a opção final quanto ao número total de operadores prevendo-se que este possa variar entre um mínimo de dois e um máximo de três.

No plano político, 2001 será igualmente um ano importante já que terão lugar as primeiras eleições legislativas pós-1999, teste significativo à vitalidade do sistema político e às condições reais para reforço do processo de democratização. Uma das novidades será o aumento do número total de lugares 23 para 27, assumindo particular relevância o aumento do número de lugares de eleição directa de 8 para 10 (que, contrariamente a HK, é feito à custa dos novos lugares e não da redução dos lugares de designação diluindo o reforço do elemento democrático). A inexistência de partidos políticos institucionalizados continuará a ser uma das grandes limitações a um progresso significativo da democratização na RAEM.

Hong Kong registará, de acordo com as previsões do FMI, uma desaceleração no seu crescimento económico devendo atingir uma taxa próxima dos 5%, com baixo nível de inflação, que permitirá contudo uma nova redução da taxa de desemprego para cerca de 3%. No entanto, este cenário positivo poderá ser afectado pela recente demissão de Anson Chan, número dois e um dos símbolos da continuidade e independência da Administração Pública, um desenvolvimento que poderá fragilizar a autonomia e imagem da RAE e abalar a confiança dos investidores estrangeiros e dos mercados internacionais. Neste contexto, 2001 será certamente

um ano de alguma tensão política em Hong Kong e será decisivo como teste à capacidade de o segundo sistema resistir a tentativas de interferência limitativas da sua autonomia que se têm vindo a agravar desde finais de 2000 relacionadas com a pressão de Pequim para limitação das actividades da Falun Gong em HK.

Taiwan deverá manter um crescimento robusto com estabilidade macroeconómica. A adesão de Taiwan à OMC deverá ocorrer após a entrada da China, contudo é incerto se ela se concretizará em 2001 ou só em 2002, dependendo em boa medida das dificuldades que a China venha a levantar. No plano político as eleições legislativas de Dezembro poderão, em caso de vitória do DPP, pôr fim ao relativo bloqueio do sistema político resultante do facto de o Presidente do DPP, Chen Shui-bian, coexistir com um Parlamento controlado pelo Kuomintang. As relações com a China tenderão a conhecer uma redução de tensão (a implementação da política de "mini-links" directos com a RPC dará certamente um contributo) mas o actual impasse não se deverá alterar até às eleições. No entanto, existem alguns factores de risco que poderão fazer subir ocasionalmente a tensão, nomeadamente o processo de eleições legislativas em Taiwan ou o processo de preparação da sucessão em Pequim.

No Sudeste Asiático, embora 2001 seja um ano de consolidação da recuperação económica poderá, paradoxalmente, ser marcado por uma crescente instabilidade política que atingirá especialmente os países democráticos ou em transição, nomeadamente as Filipinas, Tailândia e Indonésia. Este aparente paradoxo demonstra não só que uma boa performance económica só por si não é suficiente para garantir a estabilidade política mas também que o persistente deficit de boa-governança (já revelado pela crise asiática e cuja correcção curiosamente acabou por ser adiada em consequência da rápida recuperação económica) não só continua a comprometer a implementação das reformas estruturais como pode pôr em causa a própria estabilidade política.

Os recentes acontecimentos nas Filipinas, envolvendo a demissão do Presidente Estrada e a ascensão da Presidente Arroyo à revelia dos mecanismos constitucionais, demonstram a persistência de uma forte influência dos militares e a grande fragilidade das instituições democráticas criando espaço para movimentos de rua que, pretendendo substituir-se ao normal funcionamento das instituições, contribuem objectivamente para a sua fragilização.

Na Tailândia, a ascensão ao poder do magnate das telecomunicações Thaksin Shinawatra traduz uma tendência preocupante de maior confusão e conluio entre o poder económico e o poder político que vai em sentido contrário ao desejável. Em vez de o poder económico se submeter às regras do mercado parece agora ter a estratégia de, pelo voto popular, controlar o poder político pelo que em 2001 poderemos assistir a um retrocesso do processo de transição democrática na Tailândia.

Na Indonésia, apesar do crescimento económico previsto de 5% (em boa parte consequência dos preços do petróleo), o processo de transição democrática deverá enfrentar grandes dificuldades em 2001, como resultado de um maior enfraquecimento da posição de Wahid (já debilitada na sequência do acordo com Megawati), a braços com alguns escândalos de corrupção, mas também do agravamento das tensões separatistas e dos riscos de conflitos étnico-religiosos.

Para 2001 está prevista a implementação da mais importante reforma estrutural desde o início da transição, a descentralização do poder para as regiões e reforço da autonomia regional no controlo de receitas públicas e das despesas, a qual, não obstante os riscos inerentes de descontrolo da despesa pública, poderá constituir o único antídoto eficaz para evitar a desintegração do país e garantir alguma

pacificação. Para tanto, é necessário que a reforma seja efectivamente implementada mas tal poderá ser posto em causa se a instabilidade política se agravar, na sequência de uma eventual queda de Wahid e de uma interferência activa dos militares, circunstância que adiará novamente as reformas económicas fundamentais e manterá os capitais estrangeiros afastados do país.

Um cenário de fragilização do grupo democrático da ASEAN e de instabilidade na Indonésia tenderá a tornar menos favorável o contexto regional em que irá decorrer a última fase da transição de Timor-Leste. É previsível que 2001 seja o ano da independência e nascimento do novo Estado que poderá ocorrer no final do ano (ou o mais tardar durante o primeiro trimestre de 2002). Nesta perspectiva, o primeiro semestre será um período decisivo para a consolidação da estrutura fundamental do futuro Estado envolvendo três aspectos cruciais: a elaboração da Constituição; a consolidação dos sectores chave da Administração Pública (impostos, diplomacia, forças de segurança, justiça e serviços sociais básicos) e a aceleração do processo de localização dos quadros; a estruturação do sistema jurídico e a solução do problema complexo do direito de propriedade.

A realização das eleições para a Assembleia Constituinte em meados do ano será um passo determinante para o processo de elaboração da Constituição e para a estruturação do sistema partidário e dinamização da vida democrática em Timor-Leste. Finalmente, como garantia de segurança para o novo Estado deverá ser confirmada a manutenção da presença do contingente de forças das Nações Unidas (provavelmente por mais um ano) para além da independência.

No capítulo da segurança regional 2001 será um período de relativa acalmia e estabilidade atentos os progressos registados na península da Coreia, na sequência do sucesso da visita de Kim Dae Jung à Coreia do Norte em 2000, esperando-se que em 2001 se concretize a visita de Kim Jong Il ao Sul, e as perspectivas de não deterioração da situação nos outros "hot spots" regionais (Estreito de Taiwan, Mar do Sul da China e sub-contidente indiano).

O único aspecto de incerteza relaciona-se com uma eventual mudança da política asiática da nova Administração norte-americana, sendo certo que qualquer sinal de indefinição ou redução de envolvimento poderia gerar instabilidade atento o papel crucial dos EUA na arquitectura de segurança regional.